

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: 15

Data 05/06/90 Pg.: 06

Experiência da Petrobrás

por Fátima Belchior
do Rio

Em meados da década de 70, quando se dirigiu para Caruari, um lugarejo da região do Alto Amazonas, a Petrobrás encontrou uma população de apenas 3 mil pessoas e, logo depois, o gás natural. Já em meados da década de 80, após uma avaliação da região, concluiu que não se justificavam novos esforços exploratórios.

Resoluiu sair, mas já havia atraído, em função da infra-estrutura dos primeiros trabalhos, cerca de 20 mil pessoas, entre as quais indígenas.

A história não é muito antiga, mas serviu como um bom exemplo de como a Petrobrás deveria atuar no seu contato com a natureza e comunidades das regiões escolhidas para explorar petróleo. "É fundamental que se elabore um planejamento sócio-econômico", comentou o titular da Superintendência de Segurança de Engenharia do Meio Ambiente (Susema) da empresa, Gilberto Baeta.

Há motivos para esse cuidado. A Petrobrás, responsável pela exploração, produção, refino, transporte e distribuição de petróleo e derivados no País, está atuando do Oiapoque ao Chui, e em vastas áreas da plataforma continental brasileira. Agora mesmo, está planejando ampliar a produção de petróleo da região da selva amazônica, desta vez na região do Uruçu, Alto Amazonas. E lá, segundo Baeta, pretende atuar com um programa sócio-econômico. Se sair, como aconteceu em Jurua, não deixará a "sociedade solta".

A preocupação com a comunidade do Amazonas é, porém, apenas um item do programa criado pela Petrobrás para aquela região. Aliás, as diretrizes ambientalistas da estatal para a Amazônia começaram a ser trabalhadas em 1987, a partir da criação de um grupo de dez cientistas que fizeram contato com a região e apresentaram suas recomendações.

Em outubro de 1989, há menos de um ano, portanto, a Petrobrás consolidou as sugestões no documento "As Diretrizes Gerais de Gerenciamento Ambiental da Petrobrás", que em verdade se originaram no estudo desenvolvido para a Amazônia. Baeta evita falar de números, pois os programas voltados para as questões ambientais enquadram-se dentro de cada uma das áreas de atividades da empresa e não subordinam-se apenas à Susema.

São oito os principais itens do programa da Petrobrás para a região amazônica: uso da terra; planejamento sócio-econômico; destinação futura; preservação e manejo biológico; educação ambiental e médico-sanitária; adequação dos métodos e das instalações; e planos de contingência.

No uso da terra, o que se pretende é estabelecer os limites territoriais das áreas de influência das atividades da Petrobrás, além de definir os procedimentos básicos que permitam a ocupação e o uso ordenado da terra. O planeja-

mento sócio-econômico estará centrado, sobretudo, na integração da Petrobrás à região, evitando que se criem ou ampliem desigualdades sociais e econômicas. A estatal procurará, também, planejar suas ações na região amazônica de forma que, com sua saída, os nativos tenham condições de auto-sustentação.

Segundo Baeta, a Petrobrás está partindo para seus programas exploratórios na Amazônia com a consciência de que ainda que haja um grande interesse em determinado ponto — potencial produtor de óleo ou gás — há como preservá-la. Ou melhor, um poço poderá ser perfurado em outro ponto que atinja, através da subsuperfície, o foco da jazida. Dentro desse contexto é

que se enquadra o item preservação e manejo biológico. "O objetivo é estabelecer critérios racionais de preservação e manejo da flora e da fauna da região, pelo conhecimento amplo e profundo de suas características", determina o programa da Petrobrás.

Não adianta desenvolver a consciência ambiental apenas de seus empregados. Esse trabalho — educação ambiental — será estendido também aos funcionários de contratadas e de comunidades. O que se pretende, basicamente, é desenvolver a consciência de utilização não predatória. Ao se instalar em determinado local, a Petrobrás está disposta, também, a dedicar-se a um programa médico-sanitário que se volte para

os envolvidos no seu trabalho e para a população local: atividades de prevenção, de diagnósticos e de reabilitação se incluem nesse contexto.

A escolha de equipamentos, de métodos de trabalho e de instalações na Amazônia também estará, segundo o programa, diretamente ligada à influência que possa exercer sobre o ser humano ou sobre o ambiente. Por isso, definiu-se que o impacto do que já existe será reavaliado, em função da legislação e de normas da companhia. Numa última ponta desse programa, destacam-se os planos de contingências, cuja função é evitar ocorrências anormais que possam agredir o meio ambiente, pessoas ou o patrimônio da empresa.